



**EIXO TEMÁTICO:**

- |   |   |  |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade      | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input checked="" type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade     | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade      | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias   |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade |   |  |

## **O Brasil é ainda um país privado**

*Brazil is still a private country*

*Brasil es todavía un país privado*

VILLAC, Maria Isabel (1);

FEHR, Lucas (2)

(1) Professora Doutora, Universidade Presbiteriana Mackenzie, UPM – PPGAU, São Paulo SP, Brasil; e-mail:

[belvillac@gmail.com](mailto:belvillac@gmail.com)

(2) Professor Doutor, Universidade Presbiteriana Mackenzie, UPM – FAU, São Paulo SP, Brasil; e-mail:

[lucasfehr@uol.com.br](mailto:lucasfehr@uol.com.br)



## O Brasil é ainda um país privado<sup>1</sup>

*Brazil is still a private country*

*Brasil es todavía un país privado*

### RESUMO

Às novas tarefas da arquitetura e do urbanismo, para além da atualização exigida pelo capital globalizado, se pensadas como ação cultural, cabe reinterpretar os mapas sociais e as marcas no território, como matriz discursiva regida pelo princípio da solidariedade. Reinterpretá-la na perspectiva de extrair da experiência cotidiana, dos atores sociais, anônimos e nomeados, uma intenção "subjéctiva" e de vida pública uma desejada revisão teórica e uma prática mais especulativa e ensaística, que possibilite, ainda que de forma efêmera, uma maior densidade na construção de um processo que ampare a complexidade. Estas ações construtivas merecem um aprofundamento e, à luz das últimas manifestações públicas, nas ruas das principais capitais do país, a arquitetura e o urbanismo podem se propor a pensar como desenhar a ressignificação da vida comum em comum e um país solidário.

**PALAVRAS-CHAVE:** arquitetura, urbanismo, vida pública, solidariedade.

### ABSTRACT

*The new tasks of architecture and urbanism, in addition to the update required by the globalized capital, if conceived as a cultural action, must reinterpret the social maps and the brands in the territory, as a discursive matrix governed by the principle of solidarity. Reinterpret it, in order to extract of everyday experience and the social actors, named and anonymous, a "subjective" intention of public life and a desired theoretical and a practical review more speculative and essayistic, which makes it possible, albeit fleeting, a higher density in the construction of a process that sustain the complexity. These constructive actions deserve further elaboration and in the light of recent public demonstrations on the streets of the main cities of the country, the architecture and urbanism can propose thinking as being able to draw the re-signification of the common life in common and make this a country in solidarity.*

**KEY-WORDS:** architecture, urbanism, public life, solidarity

### RESUMEN:

*Las nuevas tareas de la arquitectura y el Urbanismo, además de la actualización requerida por el capital globalizado, si concebida como acción cultural, debe reinterpretar las marcas en el territorio y los mapas sociales, como matriz discursiva regida por el principio de solidaridad. Reinterpretarlos, para extraer de la experiencia cotidiana, de los actores sociales, nombrados y anónimos, una intención "subjéctiva", y de la vida pública una deseada revisión teórica y un examen práctico más especulativo y ensayístico, que haga posible, aunque fugaz, una mayor densidad en la construcción de un proceso que pueda sustentar la complejidad. Estas acciones constructivas merecen mayor elaboración y, a la luz de recientes manifestaciones públicas en las calles de las principales ciudades del país, la arquitectura y el urbanismo pueden proponer pensar en cómo ser capaz de dibujar la re-significación de la vida común en común y hacer de este un país solidario.*

**PALABRAS-CLAVE** arquitectura, urbanismo, vida pública, solidaridad

---

<sup>1</sup> Este texto é fruto da pesquisa "CULTURA E SOCIEDADE | O projeto: significado e valor", financiado pelo MackPesquisa de Fevereiro de 2012 a Janeiro de 2013. Tem a colaboração do professor Dr. Luiz Benedito Castro Telles, in memoriam.



## 1. INTRODUÇÃO

Às novas tarefas da arquitetura e do urbanismo, para além da atualização exigida pelo capital globalizado, se pensadas como ação cultural, cabe reinterpretar os mapas sociais e as marcas no território, como matriz discursiva regida pelo princípio da solidariedade, já inscrita na modernidade como uma possibilidade histórica, dentre outras, mas que não conseguiu se realizar. Reinterpretá-la na perspectiva de extrair da experiência cotidiana, dos atores sociais, anônimos e nomeados, uma intenção “subjéctiva” e de vida pública uma desejada revisão teórica e uma prática mais especulativa e ensaística, que possibilite, ainda que de forma efêmera, uma maior densidade na construção de um processo que ampare a complexidade.

Estas ações construtivas merecem um aprofundamento. Também à luz das últimas manifestações públicas, nas ruas das principais capitais do país, a arquitetura e o urbanismo podem se propor a pensar como ser capaz de desenhar a ressignificação da vida comum em comum e fazer deste um país solidário.

## 2. O BRASIL UM PAÍS RESENTIDO

Segundo Darcy Ribeiro convive no Brasil o arcaico e o moderno, menos por conservadorismo de suas camadas mais populares, mas, mais pelo atraso destas e pela resistência de mudanças sociais das classes dominantes (RIBEIRO 1995, p. 248-249). O curioso é que, os grupos marginalizados, como cidadãos e ser humano, excluídos de todos os sistemas de integração social, acabam por se constituir o responsável e o elemento de maior identificação com aquilo que poderíamos identificar como brasilidade (RIBEIRO, 1995: 223).

Mas também se nota que, por outro lado, e ajustado às idiosincrasias do momento contemporâneo que entende o desejo como mercadoria, uma patologia tem forte alcance político no Brasil: o "ressentimento", que não é um conceito da psicanálise, mas uma categoria do senso comum (KEHL, 2011: 14), e que diz respeito ao que Nietzsche considerava «qualidade dos ‘escravos’» (KEHL, 2011: 17), uma vez que implica em um sentimento de inferioridade.

O ressentimento desenha um perfil da sociedade brasileira. No Brasil, a igualdade é «"oficialmente reconhecida, mas não obtida na prática" (original entre aspas)» (SCHELER, 1958: 21 apud KEHL, 2011: 22) e é interpretada como «dádiva paterna dos poderosos e não como conquista popular» (KEHL, 2011: 22). O ressentimento social na sociedade brasileira «está enraizado em nossa dificuldade em nos reconhecermos como [...] sujeitos da história» (KEHL, 2011: 323), sempre à procura de uma identidade, porque apagamos nossa origem – do negro, do índio, do português bronco –; sempre dependentes do reconhecimento de "autoridades".

Diferentemente da injustiça social enfrentada pela rebelião ou, no caso do Brasil, do reconhecimento da história para realizar o necessário trabalho de desnaturalização da repetição produzida pelo recalque (KEHL, 2011: 334), o ressentido social se sabe prejudicado, mas se sente fraco e impotente diante da desigualdade e está à espera de proteção e segurança oferecidas pelo Estado, a quem foi legado, nas sociedades modernas, o «papel de

avalista da igualdade de direitos» (KEHL, 2011: 284). Ao não ousar alterar os termos da ordem imposta pelo Estado protetor o ressentido social atua por uma revolta submissa (original em itálico) (BOURDIEU, 1992: 32 *apud* KEHL, 2011: 286), compatível com o conservadorismo e que identifica «os oprimidos com seus opressores por meio da adesão aos ideais comuns» (KEHL, 2011: 289), seja pelo esforço por pertencer à classe dominante seja pela condição de vítima.

Darcy Ribeiro, em 1995, havia dito que «O que nos falta hoje é maior indignação generalizada em face de tanto desemprego, tanta fome e tanta violência desnecessárias, porque perfeitamente sanáveis com alterações estratégicas na ordem econômica». Falta mais ainda, competência política para usar o poder na realização de nossas potencialidades» (RIBEIRO, 1995: 203-204).

Essa indignação, que tem se manifestado de forma agressiva nas manifestações públicas, poderia apontar para uma postura divergente da dos ressentidos, que votam pelos poderosos e mendigam por suas benesses, e que encontra uma interpretação na crítica à constituição estrutural de um comportamento que se move pelo "favor" [grifo meu] que «ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração, e serviços pessoais» (SCHWARZ, 1977).

A arquitetura e o urbanismo aprendem com a psicanálise que «a direção da construção da teoria vai do particular para o social, nunca o contrário» (KEHL, 2009: 32), de forma a "valorizar" a singularidade de cada sujeito da vida social. Para também, «a partir daí, [...] escutar também o que eles têm a nos ensinar a respeito das formas contemporâneas do mal-estar, das quais eles não estão - como nenhum ser falante, aliás – excluídos» (KEHL, 2009: 32), ser capaz de desenhar a ressignificação da vida comum em comum.

A arquitetura e o urbanismo também aprendem com a antropologia que a história nos fez, pelo esforço de nossos antepassados, detentores de um território prodigiosamente rico e de uma massa humana metida no atraso, mas sedenta de modernidade e de progresso, que não podemos entregar ao "espontaneísmo" do mercado mundial. A tarefa das novas gerações de brasileiros é tomar este país em suas mãos para fazer dele o que há de se ser, uma das nações mais progressistas, justas e prósperas da terra (RIBEIRO, 1995: 203-204).

### **3. O BRASIL É AINDA UM PAÍS PRIVADO**

Para Renato Janine Ribeiro, definem-se os dois sentidos mais importantes, do termo público: tudo aquilo que se opõe ao privado, e aquilo que se opõe à plateia (RIBEIRO, 2006, *apud* TELLES, 2013). São Paulo, a maior cidade brasileira neste início de terceiro milênio apresenta um retrato fidelíssimo desta oposição: não há praticamente vida pública. As atividades públicas, quando não incorporadas a algum equipamento espetacularizado, são cada vez mais privatizadas e pasteurizadas pela mídia (CHAUÍ, 2006, *apud* CAVALCANTE, 2013) (ARANTES, *apud* GIROTO, 2013). O cotidiano foi privatizado e o espetáculo, como meio de subjetivação traduzido pela visibilidade da imagem no espaço público, mostra o que Maria Rita Kehl chama de a «dificuldade em nos reconhecermos como [...] sujeitos da história» (KEHL, 2011: 323), sempre à procura de uma identidade.

O Brasil é ainda um país privado e a face mais evidente deste processo é o esgarçamento do território público que se dá naquele que seria o espaço público por excelência: a rua. Nela, a privatização se dá pelas células-móveis do privado, o automóvel, ao qual a cidade parece destinada. A este 'ser' urbano é destinado os grandes esforços do poder público. Rasgos territoriais, fraturas, cicatrizes urbanas são feridas no território em nome de uma mobilidade impossível e ilógica. A célula-móvel do espaço privado é preponderante sobre qualquer outro elemento urbano, e sua preponderância é aceita e defendida com unhas e dentes pela classe servil. Sonho vendido de um poder e status irrealizável. Horas privadas são despendidas nestes aparelhos, diariamente, em um ir e vir sem sentido. E os reclamos são sempre de mais espaços a eles, mais fluxos, passando sobre o que na frente estiver: bairros, casas, parques, calçadas, patrimônio histórico, o que seja. Não há reclamo por alternativas metropolitanas, coletivas, pois estas são, historicamente, destinadas as classes menos favorecidas, e, portanto, impensáveis como possibilidades para as classes médias. Não são símbolos de status e prosperidades, ao contrário, são testemunhos do fracasso individual.

O desenho, ou o não desenho, da cidade resultante é apenas a face visível do processo. A arquitetura ou 'as arquiteturas produzidas' são, em sua esmagadora maioria, apenas objetos formais, dentro de um parcelamento rudimentar e privado, desprovidos de intenções ou questões mais profundas. Não há um horizonte perseguido. Nem mesmo a utopia moderna, que não se implantou, sobre um território já existente, a não ser em soluções e modelos parciais. Há simulacros, estilos, modas. Adota-se um pragmatismo formalista, maneirista, que atende apenas aos desejos do capital. Nele, não há participação nem comprometimento da sociedade. Fruto de legislações confusas, que impedem seu entendimento pela sociedade e até por técnicos, a cidade se constrói atendendo a interesses imobiliários e especulativos, coerentes, porém desconexos. Normas e incentivos geram 'vantagens' vendidas como ganhos desnecessários. Surgem varandas com churrasqueiras 'gourmet', térreos livres ou equipados com academias e salões de festas. Até teatros vazios são criados favorecidos pela legislação. Faixas de aeração são exigidos, mesmo quando voltados à rua. Garagens e garagens são exigidas para abrigar o sempre crescente número de 'células-móveis privadas'. Tudo isso, independente ou não da pertinência, é incorporado ao desenho do edifício. Não há a preocupação urbana além do território privado, quando muito, o há em relação ele. O máximo que se atinge, em casos isolados e a título de generosidade, de favor, é a concessão ao acesso público. Muito pouco, para cidades que necessitam de uma revisão das relações público x privado.

#### 4. REVISÕES PÚBLICO X PRIVADO

Entendendo-se o espaço público não no aspecto físico em particular, mas no amplo sentido do espaço do cidadão que se manifesta social e politicamente. Nesse sentido,

*"... a ética da responsabilidade não é apenas do governante. É também do rebelde. O que importa é, pois, uma atitude criativa, de quem se torna sujeito de sua vida, e não mais o lugar: a postura, e não a posição, eis o que conta"* (RIBEIRO, 2006, p. 201 apud TELLES, 2013).

Esta é uma possibilidade de Projeto, que implica em «o compromisso – ou o descompromisso - com a condição desejante, [...] [como] a única via não-alienada de produção de sentidos para a vida, ou seja, a única cuja escolha não serve a um suposto desígnio do Outro» (KEHL, 2009: 58), uma vez que «O desejo de ser (desejante), ou de "continuar sendo", é que torna o futuro

um tempo preme de perspectivas, de esperanças, cujo sentido é todo construído entre o passado e o presente» (KEHL, 2009: 147).

Para Maria Rita Kehl é necessário desvencilharmo-nos da «única culpa legítima, do ponto de vista da psicanálise: a do sujeito que *trai sua via*» [original em cursiva] (KEHL, 2009: 194), e alertar para a possibilidade de resgate da cultura. O Projeto encontra, ainda, uma chance na aposta pela horizontalidade da "função fraterna", enquanto participação do semelhante no processo de tornar-se sujeito, o que pode promover «a restauração do espaço público [que] não pode ser deixada a encargo do Um – de um governante que represente, no imaginário popular, o patriarca protetor. (KEHL, 2003).<sup>2</sup>

A função fraterna implica em participação do semelhante no processo de tornar-se sujeito naquele que «sabe de sua dívida simbólica com os demais e enfrenta conflitos escamoteados pelo imperativo do gozo» (KEHL, 2009: 217); «que não se isola da corrente de transmissão da memória coletiva» (KEHL, 2009: 236); e que, «apesar de todo o esforço ideológico em sustentar o laço social contemporâneo na base de convocações ao desempenho individual, apagando com isto a dimensão conflitiva da vida em sociedade, ainda assim [enfrenta] o espaço público [...] atravessado por várias dimensões de conflito» (KEHL, 2009: 270).

E, mais que nada, apesar da máxima individualista de «cada um cuide da sua vida e não se preocupe com a vida do outro», percebe que, na relação fraterna, o outro é aquele que aparece como parceiro e cúmplice na construção de referências que podem transgredir as imposições tradicionais, criando novos formatos de gestão e possibilitando que o discurso do Outro seja relativizado. (KEHL, 2009: 270). Decididamente, «fucktherest» (KEHL, 2009: 281), colado como adesivo no vidro traseiro e como propagação espontânea daqueles que se refugiam do espaço público, é uma "não opção".

## 5. PROPOSTA E PROJETO

Às novas tarefas da arquitetura e do urbanismo, para além da atualização exigida pelo capital globalizado, se pensadas como ação cultural, cabe reinterpretar os mapas sociais e as marcas no território, como matriz discursiva regida pelo princípio da solidariedade, já inscrita na modernidade como uma possibilidade histórica, dentre outras, mas que não conseguiu se realizar. Reinterpretá-la na perspectiva de extrair da experiência cotidiana, dos atores sociais, anônimos e nomeados, uma intenção "subjativa" e de vida pública uma desejada revisão teórica e uma prática mais especulativa e ensaística, que possibilite, ainda que de forma efêmera, uma maior densidade na construção de um processo que ampare a complexidade.

Neste sentido, cabem algumas perguntas: Dada a complexidade dos processos de produção e utilização das cidades, como a teoria se renova, se atualiza no sentido do vínculo com a realidade, entendendo-se "vínculo" como investigação, leitura e prospecção? Qual o papel do projeto de arquitetura e cidade frente a essas questões? Como a disciplina tem-se munido teoricamente para a construção territorial de alternativas à sociedade?

Considera-se, portanto, de forma a ir em busca de respostas e, para tal, analisar novas territorialidades e lugares de apropriação, espontâneos e propostos, como passíveis de induzir

<sup>2</sup> KEHL, Maria Rita. "Em defesa da família tentacular" (2003). Disponível em: <http://www.mariaritakehl.psc.br/resultado.php?id=14> Acessado em: 29/03/12.

processos de renovação arquitetônica e reabilitação urbana e de conferir, à cidade, novas contextualidades estéticas e novos sentidos sociais e culturais dos espaços urbanos.

A matriz diz respeito, primeiramente, a interpretações sobre a sociedade, cultura e projeto na vida urbana. Trata-se de buscar, na experiência cotidiana, do espaço banal e horizontal, expressões que apontem alternativas de reconhecimento do que proporciona cidadania na experiência citadina, fragilizadas ou amparadas por construção histórica e projeto. Esse reconhecimento pode sugerir possibilidades outras à dimensão do projeto da cidade, na tentativa de reconectá-lo com práticas e lógicas sociais.

A cidade é o lugar da cultura. De acordo com Hannah Arendt que afirma que «ninguna actividad pueda pasar a ser excelente si el mundo no le proporciona un espacio adecuado para su ejercicio» (ARENDR, 1993: 59), é nas estruturas físicas da cidade, portanto, que a cultura se revela. As práticas sociais desenham a diversidade cultural urbana, culturas, portanto, que se opõem à espetacularização da cidade mercadoria. Para De Certeau, as culturas as quais nos interessam, diferentemente das 'estratégias', estão ancoradas na astúcia da 'tática' que, apoiada em diferentes suportes da configuração física da cidade, «cria ali surpresas» (DE CERTEAU, 1994: 95).

Em um momento sucessivo, investigar, portanto, a relação entre culturas e cidade, privilegiando estruturas físicas nas quais se aloja a «arte do fraco» (DE CERTEAU, 1994: 95), desprovida de poder. Definindo o urbano com Lefebvre, que o afirma como «'lugar do desejo', lugar onde o desejo se destaca sobre as necessidades, onde se concentra porque se conhece e de onde talvez, possivelmente, se encontrem Eros e Logos». (LEFEBVRE, 1976: 181), se entende que as microdinâmicas sócio espaciais e suas ações sobre o espaço urbano no cotidiano agregam significados. A reflexão teórica que delas podem se originar contribui para o projeto da arquitetura e da cidade, uma vez que são nas estruturas físicas da cidade, lugares habitados em tempo transitório e amparo das práticas urbanas como expressões culturais e significativas da sociedade na vida cotidiana que, em sua elementaridade morfológica e realidade sociológica, se pode apreender a pluralidade de suas expressões.<sup>3</sup>

Essa linhagem de investigação coloca, portanto, a perspectiva de, a partir de uma pesquisa empírica, conformar uma discussão crítica e informar, com outras questões, o próprio projeto e a atividade de projetar.

## REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. *La condición humana*, Barcelona: Paidós, 1993, p. 59.

CAVALCANTE, Morgana M.P. Duarte. *Cultura sociedade e projeto: a leitura da cidade à partir da crítica de Ermínia Menon Maricato*. In: **Cultura e Sociedade: O projeto: significado e valor** - Relatório de Pesquisa – Artigos individuais, São Paulo: MackPesquisa, 2013.

<sup>3</sup> «recortes que possibilitem destacar a polissemia e 'polifonia' da cidade, apostando no ganho epistemológico do estudo de tais noções como esclarecedor para a própria reflexão acerca das condições contemporâneas de modificação do urbano». ARAUJO, Rosane Azevedo de. *Sobre o Conceito*. In: *A Cidade Sou Eu?: O Urbanismo do Século XXI*. Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, pp. 27-31. Disponível em: [http://ged1.capes.gov.br/CapesProcessos/premio2008/968864-ARQ/968864\\_5.PDF](http://ged1.capes.gov.br/CapesProcessos/premio2008/968864-ARQ/968864_5.PDF)



- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano 1. Artes de fazer*, Petrópolis: Vozes, 1994.
- FEHR, Lucas. Por que voltar a Darcy Ribeiro? In: *Cultura e Sociedade: O projeto: significado e valor* - Relatório de Pesquisa – Artigos individuais, São Paulo: MackPesquisa, 2013.
- GIROTO, Ivo. Cultura e projeto na produção da cidade segundo o pensamento de Otília Arantes. In: *Cultura e Sociedade: O projeto: significado e valor* - Relatório de Pesquisa – Artigos individuais, São Paulo: MackPesquisa, 2013.
- KEHL, Maria Rita. *Ressentimento* (2004). São Paulo: Casa do Psicólogo, 4ª edição, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. *La revolución urbana*. Madri: Alianza Editorial S. A. 1976.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In *Ao vencedor as batatas*, São Paulo: Duas cidades, 1977.
- VILLAC, Maria Isabel. Patologias sociais e projeto de sociedade. In: *Cultura e Sociedade: O projeto: significado e valor* - Relatório de Pesquisa – Artigos individuais, São Paulo: MackPesquisa, 2013.